

2014 promete...

Já passa da hora de superar o autoritarismo e os casuísmos vigentes

Há quem se lembre que já tivemos presidentes gerais, senadores biônicos, governadores e prefeitos indicados; na USP temos agora um reitor apostilado para extensão de mandato. Em todos esses casos os complementos indicam casuísmos que afrontam a legitimidade.

Como sempre, encontram-se próceres do poder a tentar justificar a realidade imposta. Foi assim que, contra todos os fatos e argumentos a indicar a urgência de mudar radicalmente o modo como a USP preenche os cargos de sua estrutura de poder, o Conselho Universitário (Co) desperdiçou a reunião de 1º/10, para criar uma consulta (ver box na p. 2) sem qualquer proporcionalidade e apenas indicativa, mantendo a escolha indireta do próximo reitor num reduzido colegiado, pomposamente chamado de assembleia universitária.

Voto em 3 chapas? Mas, na realidade, o que é ruim pode sempre ficar pior. Às vésperas da questionável consulta, não foram poucos – e mesmo alguns membros do Co – que se surpreenderam com a informação de que os eleitores poderiam indicar “até três chapas”. Contudo, não há uma linha sobre isso na concisa (8 artigos em uma lauda) Resolução 6.638 de 02/10/2013, que “dispõe sobre a consulta à comunidade universitária”!

Ocorre que é na extensa (24 artigos em 6 laudas) Resolução 6.640/2013, que trata de outro tema: “dispõe sobre a eleição para composição da lista tríplice para escolha do(a) reitor(a)”, que foi embutido um subitem II “Da consulta à comunidade”, cujo § 5º do Art. 6º determina que “cada eleitor terá direito a um voto, podendo indicar até três chapas.” E sem que essa questão tenha sequer sido ventilada em discussões no Co ou em outro fórum de conhecimento público.

Surpresa? Infelizmente, nem tanto. Como citado anteriormente, não é de agora que os interesses do poder têm operado sem qualquer

prurido, utilizando o autoritarismo – aqui ou ali, como neste caso, travestidos de esperteza – para dar consecução aos seus objetivos.

Daí uma consulta na qual os eleitores votam em até 3 chapas e sem sequer a salvaguarda do processo de composição da lista tríplice. No “colegião”, escrutínios específicos indicam o primeiro, o segundo e o terceiro da lista. Uma consulta assim poderá consagrar como a mais votada aquela chapa que apareça com maior frequência em cada voto, mesmo sendo a terceira opção dos votantes...

Esse tipo de manobra, que se presta a turvar ainda mais as águas não tão límpidas por onde

tem navegado a instituição, visa ampliar o já extenso espaço que permite forjar meios e “justificativas” com vistas a “legitimar” o que é questionável e contribuir para disfarçar novos casuísmos.

E não é que ocorreu! Foi neste contexto que os piores cenários apontados no editorial do *Informativo Adusp* 374 (02/12/2013) se materializaram. A instituição foi submetida a toda sorte de oportu-nismos para favorecer, no processo eleitoral, quem respalda a atual gestão: nova premiação na véspera e anúncio de ampla distribuição de cargos no dia da consulta (10/12), à revelia da comunidade.

Foi diante da convicção de ser necessário contrapor-se a situações e práticas deste tipo, e na defesa de uma instituição pública mínima-

mente republicana, que a Assembleia da Adusp de 3/12/2013 aprovou moção (ver quadro nesta página) na qual denuncia a intervenção do governo estadual, estendendo o mandato de J.G. Rodas para além dos 4 anos contados a partir da sua nomeação e exigindo que ele “deixe a função de reitor da USP e seja substituído a partir de 12 de dezembro de 2013 até a nomeação do próximo reitor de acordo com os Estatutos e Regimentos da USP”.

Em 1º de abril de 2014 completar-se-ão 50 anos do golpe militar de 1964. Já passadas cinco décadas do mal feito, ainda se fazem presentes na sociedade e na universidade o autoritarismo e as práticas casuísticas a favorecer os detentores do poder.

Não é sem tempo que a sociedade brasileira comece a mobilizar-se para impedir que continue a predominância do poder econômico a determinar a composição da representação parlamentar nos estados e na federação.

No âmbito interno, o desafio a ser enfrentado em 2014 é tornar efetivos os mecanismos legítimos para democratizar a USP!

Fim de mandato e novo ataque à autonomia universitária

O decreto do Governador que nomeou João Grandino Rodas é de 11 de dezembro de 2009, publicado no *Diário Oficial do Estado* em 12/12/2009 e, portanto, seu mandato de quatro anos termina impreterivelmente em 12 de dezembro de 2013. No entanto, no dia 22 de novembro de 2013, descobrimos a publicação no *Diário Oficial do Estado* de um apostilamento da Secretaria da Casa Civil, de 20 de setembro de 2013, estendendo o mandato do reitor até 25 de janeiro de 2014. Por decisão do então reitor nomeado, a posse deu-se apenas em 25 de janeiro de 2010, data tomada agora como o início do mandato, tendo por justificativa a “efetiva entrada do interessado no exercício” da função.

Consideramos este fato de extrema gravidade, constituindo-se em mais uma agressão do governo do Estado à autonomia universitária. Lembremos da tentativa de José Serra, em 2007, de cassar a autonomia da USP, Unesp e Unicamp, frustrada pelo movimento de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos dessas universidades.

A gestão Rodas – caracterizada por autoritarismo, indisposição ao diálogo e à negociação, criminalização dos movimentos de professores, estudantes e funcionários, militarização da USP através de convênio com a PM – encerra-se com mais este ataque à autonomia da Universidade.

Manter-se no poder, nesse contexto, significa tentar influir no processo de indicação do próximo reitor, pelo controle de meios, recursos, cargos e claros, contrariando o que deve reger a conduta do reitor da USP: o interesse público e o de toda a universidade.

A Assembleia da Adusp repudia mais esta tentativa de colocar os interesses do poder na frente dos da universidade, exigindo que J. G. Rodas deixe a função de reitor da USP e seja substituído a partir de 12 de dezembro de 2013 até a nomeação do próximo reitor de acordo com os Estatutos e Regimentos da USP.

São Paulo, 3 de dezembro de 2013
Assembleia Geral da Adusp

Nesta edição

Página 2

• **Decisão do governo Alckmin de fundir Seade, Cepam e Fundap é erro e revela ignorância, diz Frederico Mazzucchelli**

Página 3

• **USP de Ribeirão Preto pagou R\$ 1,27 milhão a empresa contratada por R\$ 880 mil. Prefeito do campus pede auditoria**

Página 4

• **Rodas nomeia a nova direção da EACH, mas marca posse para 31/1! Comunidade exige que ela ocorra já**

Fusão de Cepam, Fundap e Seade desatende interesse público, denuncia funcionalismo

O governo Alckmin está prestes a atender, mais uma vez, contra o setor público estadual, com a planejada fusão de três órgãos de estudos e pesquisas da administração pública indireta, sob a alegação de conter “desperdícios”: a Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). As entidades representativas do funcionalismo denunciam a medida por contrariar o interesse público, pois essas instituições têm atuação complementar e não se superpõem.

Em 10/10, uma audiência pública na Assembleia Legislativa, organizada pelos deputados Carlos Neder e Adriano Diogo (ambos do PT) e Roberto Morais (PPS), presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, revelou que a fusão sofre, até mesmo, oposição de ex-secretários estaduais, professores universitários, quadros técnicos, bem como do Ministério Público do Trabalho, representado pelo procurador Marco Antonio Tura, que advertiu quanto à possibilidade de desrespeito dos direitos trabalhistas e de direitos humanos.

O professor Luiz Gonzaga Belluzzo destacou o papel dessas fundações no apoio às políticas públicas, criticando o governo estadual: “As pessoas se dedicam à destruição. Sob o manto ideológico do neoliberalismo, atacam as instituições públicas”, declarou. O ex-ministro do Trabalho, Walter Barelli, tam-

bém falou em “destruição”, propondo, como contraponto: “Queremos a Fundap padrão FIFA, queremos um Seade padrão FIFA, queremos um Cepam padrão FIFA”.

Mais duro ainda foi Frederico Mazzucchelli, professor, ex-secretário da Fazenda: “Ignorância”, disse referindo-se à proposta de fusão. “Porque o peso dessas fundações no orçamento do Estado é nenhum, é zero! Então é aquela coisa da fumaça. Ignorância por quê? Porque desconhecem a missão dessas instituições. Mas não se trata só da fusão. É da fusão como passo para a extinção”.

O arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, ex-secretário estadual do Planejamento, qualificou a decisão como “atabalhoada resposta imediatista à pressão da ‘voz das ruas’, que exige, com razão, um melhor uso do dinheiro público”. “A esta resposta canhestra e atrasada do governo do Estado, se responde através da mobilização e da voz”.

Economia? O Decreto 59.327, de 28/6/2013, que “dispõe sobre medidas de redução de despesas de custeio e de reorganização no âmbito da Administração Direta e Indireta”, define, no seu artigo 4º, que o “Comitê de Qualidade da Gestão Pública – CQGP, ouvidas, no que couber, as Pastas de vinculação, determinará as providências necessárias para a operacionalização” da fusão, bem como da extinção de outros dois organismos, a “Companhia Paulista de Eventos e Turismo (CPE-TUR), cujas atribuições serão absorvidas pela Secretaria de Tu-

risma, e a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco), cujas atribuições serão absorvidas por órgão a ser definido em decreto”.

A fusão baseia-se no “Programa de Melhoria do Gasto Público – Desperdício Zero”, instituído pelo Decreto nº 57.829, de 2/3/2012, destinado a “aumentar a eficiência da atividade administrativa, preservando a qualidade da prestação de serviço e o aumento da capacidade de investimento em projetos voltados às políticas públicas estaduais” e diz levar em conta “que, para a efetiva concretização desses objetivos, o monitoramento de ações de utilidade pública, de prestação de serviços e de melhoria de gestão, dentre outras medidas de controle, representam uma estratégia de economia, evitando o desperdício de recursos públicos”.

“Não há evidência de que a fusão corresponda aos interesses públicos e que possa aperfeiçoar o desenvolvimento das missões das três fundações, que hoje usufruem de reconhecimento público em razão da excelência dos seus trabalhos, relevância social e do compromisso com a boa gestão pública. Essas três instituições prestam relevantes serviços há mais de 35 anos”, diz carta aberta assinada em outubro pelas associações de funcionários da Cepam (Aeffal) e da Fundap e pela assembleia de funcionários da Seade.

“Cada uma delas, em sua área de atuação específica, tem contribuído de forma significativa para melhoria da gestão e das políticas públi-

cas. A dimensão e a complexidade das suas agendas de projetos demonstram complementaridade e não superposição entre si, o que evidencia não procederem as razões alegadas pelos setores do governo para justificar a pretendida fusão”, prossegue o documento.

“Propomos a revitalização permanente dessas fundações, a defesa de suas missões institucionais e da continuidade da prestação dos relevantes serviços públicos prestados à população e à administração pública paulista”.

Frente. Os funcionários conseguiram o apoio de deputados para a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo, que pretende “proporcionar um espaço de debates quanto à realidade dessas instituições, ao trabalho por elas desenvolvido, seus principais desafios e a necessidade de apoio para que se fortaleçam e cumpram sua missão”.

Rubens Murillo Marques, primeiro diretor executivo da Seade, publicou artigo no *Diário Comércio e Indústria*, no qual afirma que a Seade “merece — até por ser integrante do Sistema Estatístico Nacional — a garantia de sua incolumidade e liberdade para produção não tutelada de informações para o uso da população, isto é, sem viés governamental”. “Não é possível, pois, concebê-la como subordinada aos anseios conjunturais governamentais, sob pena de transformar-se em mera validadora de ações de governo”.

Eleitos representantes da FDRP e da FFLCH no CR

As eleições para representante titular da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) e representante suplente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) no Conselho de Representantes (CR) da Adusp foram realizadas nos dias 3 e 4/10. Fabiana Severi será a representante titular da FDRP. Paula Regina Marcelino será representante suplente da FFLCH.

O “resultado” da consulta

A Secretaria Geral da USP divulgou a votação na consulta realizada no dia 10/12/13, último dia letivo do semestre e com voto em até três chapas. A Chapa 1 (Hélio e Telma) obteve 4343 votos, a Chapa 2 (Cardoso e Ramires) 3344 votos, a Chapa 3 (Zago e Vahan) 6678 votos e a Chapa 4 (Wanderley e Suely) 5504 votos.

Participaram da consulta 3063 docentes (49,53% da categoria), 8294 funcionários (46,82% da categoria) e 2469 estudantes (3,2% da categoria). Os

votos nulos entre professores, estudantes e funcionários atingiram 7,5%, 36,6% e 12,3%, respectivamente, do total de votantes em cada categoria. Os dados completos podem ser obtidos na página da Secretaria Geral da USP. Há de se atentar para o fato de que como a votação era em até três chapas, os votos em branco não correspondem ao número de votantes; por exemplo, se alguém votou apenas em uma chapa, são computados 2 votos em branco.

Música e animação no Baile da Adusp

Foi realizado em 6/12 o tradicional Baile da Adusp, no Clube da Universidade (antigo Clube dos Professores), mais uma vez com grande sucesso e animação. O som ficou a cargo da banda Mandau, que “mandou ver” clássicos da música popular brasileira e do rock. Compareceram, a convite, representantes do Sinteps e do DCE-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”.

Contratada por R\$ 880 mil, empresa recebe R\$ 1,278 milhão da USP de Ribeirão Preto

Aditamento por um ano prevê outro pagamento de R\$ 847 mil à Starling & Estevão

Embora contratada pela Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto (PUSP-RP) para prestar serviços de manutenção de áreas verdes por 12 meses pelo valor de R\$ 880 mil, a empresa Starling & Estevão Comércio de Plantas Ltda recebeu da universidade um montante líquido de R\$ 1,278 milhão nesse período. O montante bruto foi de R\$ 1,336 milhão em números redondos.

Ao longo da execução do contrato, foram realizados 17 pagamentos mensais, em vez de 12. Por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), um pedido de providências e a documentação do caso foram encaminhados à Reitoria da USP no dia 17/10/2013, sem qualquer resposta oficial até agora. Deputados estaduais também receberam o dossiê.

O contrato 30/2012 entre a USP e a Starling & Estevão foi assinado em 11/6/2012, tendo como representante da contratante o professor Wagner Paiva Avelar, hoje vice-prefeito do *campus* de Ribeirão Preto. A seleção se deu por meio do Pregão Presencial 36/2011, realizado em 3/5/2012. O então prefeito do *campus*, professor José Moacir Marin, rejeitou recurso de outra empresa concorrente e classificou apenas duas empresas, declarando a Starling & Estevão vencedora da licitação, em 19/5/2012.

Por decisão do atual prefeito do *campus*, professor Osvaldo Bezzon, em 10/6/2013 o contrato foi pror-

rogado por mais 12 meses. De acordo com o aditamento, “o valor atualizado do contrato, na base anual, passa a ser de R\$ 847.359,43”.

Irregularidades. Um economista que examinou os documentos relativos aos pagamentos efetuados à empresa encontrou diversas irregularidades. Segundo ele, “excedeu-se o valor contratado, originalmente de R\$ 880.000,00, na quantia de R\$ 456.831,48”; havia datas de entrega de serviço concomitantes; ocorreu ausência de retenção da cota do INSS em todos os pagamentos, com exceção de um, e ausência de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS) “em nota com valor bruto de R\$ 146.666,68”, podendo ambos os casos caracterizarem-se como renúncia fiscal; houve desrespeito ao cronograma estabelecido pela contratante, pois “em torno de 89% do serviço originalmente contratado foram entregues no exercício de 2012”.

O acréscimo de quase 50% ao valor original do contrato foi obtido por meio da duplicação de pagamentos mensais. Por exemplo: em 18/3/2013, Paulo César Britisqui, chefe da Divisão Financeira da PUSP-RP, pagou a quantia de R\$ 146.666,68 (líquidos) à Starling & Estevão; em 28/3/2013, a USP realizou novo pagamento, de R\$ 70.517,13. O mesmo ocorreu em 7/6/2013, quando Britisqui pagou R\$ 93.311,99, e 26/6, quando houve

novo pagamento de R\$ 74.684,91.

O chefe da Divisão Financeira chegou a realizar dois pagamentos à empresa no mesmo dia, em 15/1/2013, ambos de R\$ 70.517,34, um relativo à nota fiscal 94 e outro à nota fiscal 95.

Condenação. Britisqui pertence à Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Escola de Educação Física de Ribeirão Preto (EEFERP-USP) e, por ter sido designado pregoeiro pela PUSP-RP e pelo reitor J. G. Rodas, seu nome consta da “Relação de Capacitados em Pregão Eletrônico - Ensino Superior”, publicada pela Secretaria de Gestão Pública do governo estadual (<http://goo.gl/XoVmSP>).

Quando funcionário da agência de Santa Gertrudes (SP) da Caixa Econômica Federal (CEF), em 2001, uma comissão de apuração sumária o responsabilizou por “saques fraudulentos” e outras graves irregularidades, e uma tomada de contas especial do Tribunal de Contas da União (TCU) o condenou a devolver R\$ 266 mil ao banco (<http://goo.gl/l38dKc>).

Em setembro de 2013, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve decisão de primeira instância e rejeitou um novo recurso de Britisqui contra a decisão do TCU. Agora só lhe resta recorrer ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal.

“Providências”. Questionada pelo *Informativo Adusp* quanto ao fato de que Britisqui foi nomeado pregoeiro pelo reitor J. G. Rodas, em 2/8/2012, “nos procedimentos licitatórios a serem

instaurados no Centro de Informática de Ribeirão Preto da USP (CIRP), objetivando a aquisição de bens e serviços comuns”, além de ser membro da CPL de uma unidade de ensino, a Reitoria declarou o seguinte: “É a Unidade/Órgão que propõe os nomes dos respectivos servidores para serem designados para atuar como pregoeiros em seus procedimentos licitatórios. Cabe à Vice-Reitoria Executiva de Administração apenas a análise da minuta da designação, tendo como objeto as certificações do servidor para o exercício de tal atividade. Consultada, a Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto informou que serão tomadas as medidas administrativas cabíveis em relação ao tema”.

Indagado a respeito da condenação de Britisqui pela CEF e TCU, o prefeito do *campus* de Ribeirão Preto, professor Bezzon, declarou ao *Informativo Adusp* não ter “conhecimento da totalidade desses fatos”. Ele procurou dissociar-se de Britisqui: “O funcionário foi contratado por concurso público em novembro de 2003. Exerce o cargo de Chefe Técnico da Divisão Financeira desde 2004. Assumi o cargo de Prefeito do *Campus* de Ribeirão Preto em agosto de 2012”. Bezzon informou que a “PUSP-RP está tomando as providências cabíveis que o caso requer”.

O professor Alexandre Souto Martinez, vice-diretor do DTI-RP (sucessor do CIRP), declarou que este órgão “tem a sua própria equipe de pregoeiros, que atua nos procedimentos licitatórios”, e que Britisqui “não atua e nunca atuou como pregoeiro no CIRP”.

Prefeito do *campus* de Ribeirão Preto pede auditoria em pagamentos suspeitos e substitui chefe de finanças

O prefeito do *campus* de Ribeirão Preto da USP, professor Osvaldo Bezzon, declarou ao *Informativo Adusp* que solicitou à Vice-Reitoria Executiva de Administração (VREA, antiga Codage) “imediate auditoria no processo de contratação e pagamento dos serviços de manutenção das áreas verdes”, objeto da denúncia encaminhada à Reitoria pelo Sintusp.

“Essas são as providências preliminares que o caso requer, com

a indicação de outro servidor para ocupar temporariamente o cargo de chefe técnico da Divisão Financeira até que todos os fatos sejam devidamente apurados”, informou ainda Bezzon.

O *Informativo Adusp* indagou ao prefeito do *campus* por que razão ele assinou um aditamento ao contrato no valor de R\$ 847 mil, em junho de 2013, quando a PUSP-RP já havia transferido irregularmente à Starling & Estevão

um montante superior em quase 50% ao valor definido no contrato original. “Quando todos os fatos forem apurados, esta administração fará os esclarecimentos que versam sobre o assunto”, respondeu Bezzon.

Em 12/12, Bezzon publicou no site da PUSP-RP a seguinte nota de esclarecimento: “A respeito do que tem sido veiculado nos informativos da Adusp e Sintusp, a PUSP-RP informa que o setor em questão

está passando por auditoria solicitada por este prefeito ao Departamento Financeiro da USP em 17 de setembro de 2012. Esclarece, portanto, que os procedimentos do setor já estão sob avaliação e os atuais apontamentos terão o mesmo encaminhamento”.

Quanto à Reitoria da USP, questionada a respeito, limitou-se a declarar: “Em setembro deste ano, foi aberta sindicância para apurar os fatos”.

Comunidade da EACH exige do reitor posse imediata da nova direção eleita

No dia 10/12, docentes, estudantes e funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) realizaram manifestação, em frente à Reitoria, para exigir os atos de nomeação e posse de Maria Cristina Toledo e Neli Aparecida de Mello-Théry como diretora e vice-diretora da unidade. A manifestação contou com a presença de representantes das diretorias da Adusp e do Sintusp.

Coincidência ou não, neste mesmo dia a nomeação de Maria Cristina foi publicada no *Diário Oficial do Estado*. Contudo, o ato do reitor J.G. Rodas determina a posse apenas em 31/1/2014, data em que se encerra o mandato de Jorge Boueri. A comunidade da EACH deseja antecipar a posse.

Os manifestantes protocolaram na Reitoria e na Prefeitura do *campus* Butantã cartas nas quais constam as reivindicações da comunidade. Foram cobradas agilidade e rapidez no processo de posse de Maria Cristina e Neli Aparecida e atenção para com as questões ambientais da EACH.

“Considerando o gravíssimo contexto ambiental e institucional da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, agravado pelos fatos elencados na Ação Civil Pública, encaminhada em 14 de novembro de 2013 à 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que culminou com a concessão de liminar a ser cumprida em prazo exíguo, solicitamos de V. Exa. a adoção de medidas urgentes para o atendimento das decisões judiciais e para o encaminhamento de nosso retorno à normalidade ambiental e institucional”, diz carta encaminhada a José Sidnei Colombo Martini, prefeito do *campus* da Capital.

Vale lembrar. Maria Cristina e Neli Aparecida foram eleitas pela Congregação da EACH em 19/11. O resultado respeitou a preferência expressa na consulta paritária à comunidade ocorrida em 7/11. A mobilização da comunidade em 10/12 se deu frente à demora do reitor em cumprir compromisso assumido em reunião de 14/10 com a chamada “Comissão dos 13”. Naquela data, o reitor se comprometeu a acatar o resultado da consulta assim que ele fosse endossado pela Congregação, nomeando e empossando

imediatamente as pessoas eleitas.

“Se o reitor aceitar mudanças com relação ao que está no *Diário Oficial* quanto à data de início do mandato, estarei pronta para começar. Se não, eu vou continuar com a transição, à qual dei início”, diz Maria Cristina. A professora conta que deu início à transição das gestões por iniciativa própria, junto com a vice, Neli Aparecida. “Já estou presente no âmbito da Diretoria da EACH, conversando cotidianamente com o atual diretor [Edson Leite] e falando com as pessoas que estão gerenciando a unidade: presidentes de comissões, assistentes técnicos e funcionários.”

Recurso. Apenas em 9/12 a Reitoria foi oficialmente informada da decisão da liminar expedida em 21/11 pela 2ª Vara da Fazenda



Representantes da EACH durante o protesto no *campus* Butantã

Pública, que determinou a suspensão das aulas e das obras de ampliação no *campus* da EACH dentro do prazo de 30 dias, a partir da notificação da instituição. Considerando o recesso do Judiciário, o prazo deverá ser estendido.

Antes mesmo da notificação, a Reitoria havia informado que iria recorrer da decisão (vide *Informativo Adusp* 374). Maria Cristina comenta que a comunidade da EACH irá aguardar a análise e o resultado do recurso.

Em campanha aberta, reitor ataca Zago e Hélio

Docentes e funcionários técnico-administrativos do *campus* de Bauru da USP foram reunidos, em 4/12, para receber o reitor J. G. Rodas. “Sua retórica foi de cabo eleitoral”, definiu um observador, “sem sugerir abertamente uma chapa, mas tecendo argumentos no sentido de desencorajar as tratativas de três das quatro chapas” que concorrem à Reitoria em 20/12/2013.

Primeiro, Rodas reuniu-se, a portas fechadas, com a Congregação da Faculdade de Odontologia (FOB), ocasião em que desfechou ataques aos reitoráveis Marco Antonio Zago e Hélio Nogueira da Cruz, mencionados nominalmente.

Tanto no encontro com a Congregação como na reunião aberta, o reitor citou realizações positivas da ex-reitora Suely Vilela, candidata a vice-reitora em chapa com Wanderley Messias. Entre os elogios que lhe fez, Rodas destacou que o prêmio pago, anualmente, a docentes e funcionários técnico-administrativos da USP é obra de Suely, e anunciou que, neste ano de 2013, o prêmio será de R\$ 2 mil.

A visita foi precedida pelo envio de convites personalizados, nos quais o reitor agradece à Faculdade de Odontologia (FOB) “por ter apoiado decisivamente os quatro

anos desta gestão” (sic), e fustiga indiretamente os reitoráveis que a vêm criticando, ao afirmar, em frase um tanto enigmática: “Sem isso [o apoio da FOB?] não teria sido possível [sic] as muitas e extraordinárias vitórias, somente alcançadas pela união e trabalho de expressiva maioria, cujo labor não faccioso, cumplicidade e lealdade perduraram até há alguns meses”.

De viva voz. As críticas implícitas no convite foram repetidas de viva voz por Rodas. Ele comentou que Zago completará 70 anos após pouco mais de dois anos do início do mandato da próxima gestão, e sugeriu, por esse motivo, cautela quanto ao voto na prévia eleitoral de 10/12. Aos membros da Congregação da FOB, chegou a exibir um parecer relacionado ao assunto.

O reitor manifestou ainda que integrantes de três das chapas fizeram parte da administração da USP, portanto, no seu entender, “não deveriam discursar em tom de crítica, haja vista que, quando no poder, nada fizeram para mudar o cenário”. Perante a Congregação, criticou Hélio Nogueira, a quem acusou de deixar para a “última hora” a decisão sobre a candidatura. Ironizou o fato de o vice-reitor postular, a cada elei-

ção, candidatura a reitor. Chegou a dizer que há pessoas a quem “falta vergonha na cara”.

As críticas à delicada situação financeira da USP, feitas pelas três chapas que não se declaram de continuidade, foram objeto de contestação de Rodas: “Antes de votar, verifiquem as verdades”, recomendou à plateia.

Campanha pode? Rodas também afirmou que o “Sindicato” não queria o Plano de Carreira, pois seria algo que iria tirar das mãos do “Sindicato” o servidor. Citou, de maneira aversiva, o Sintusp e a Adusp, como “dificultadores”. Enfático, disse não ter “medo” da Adusp, pois sempre encarou enfrentamentos “sem receio”.

Um membro da Congregação, que prefere não se identificar para não se tornar alvo de represálias (comuns na FOB), estranhou o que considera aberta interferência do reitor no processo eleitoral. “A comunidade é que tem que decidir, e não ele. Ele não poderia interferir”.

Já o observador da reunião aberta questionou: uma vez que os candidatos têm de deixar os cargos para poder concorrer, é lícito que o reitor faça campanha ostensivamente, sem ter de afastar-se do seu?